

ESTADO, INVESTIMENTOS E EXCLUSÃO SOCIAL: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA POBREZA EM CURITIBA

*STATE, INVESTMENTS AND SOCIAL EXCLUSION: THE PRODUCTION OF POVERTY
IN CURITIBA | ESTADO, INVERSIONES Y EXCLUSIÓN SOCIAL: LA PRODUCCIÓN DEL
ESPACIO DE LA POBREZA EN CURITIBA*

ANDRÉ DE SOUZA CARVALHO, MARIA INÊS SUGAI

RESUMO

Considerada a cidade modelo de um país em desenvolvimento, após um processo de planejamento urbano muitas vezes exaltado e algumas vezes criticado pelo seu autoritarismo e favorecimento de setores empresariais locais, Curitiba nas últimas quatro décadas tem sido reconhecida e divulgada, inclusive internacionalmente, pelas suas inovações urbanísticas e uma conclamada qualidade urbana e de vida. A capital do Paraná realmente produziu e ofereceu um espaço privilegiado a uma restrita parcela de seus habitantes: áreas urbanas dotadas de boa infraestrutura para onde especialmente convergiram as atenções e investimentos do poder público e para as quais também afluíram os principais interesses e investimentos privados. Entretanto, concomitantemente à produção desse espaço parcial, restrito a uma elite e devidamente bem cuidado e ordenado, também se constituiu uma crescente periferia, habitada por populações de baixa renda, pouca qualificação profissional e educacional, apartada dos espaços privilegiados da cidade, portanto, espacialmente e socialmente excluída. O presente artigo pretende discutir a forma como os investimentos do Estado atuaram na consolidação e formatação de uma cidade marcadamente dual e segregada.

PALAVRAS-CHAVE: Curitiba. Exclusão social. Investimentos públicos. Segregação.

ABSTRACT

Curitiba is considered a model city in a developing country that, after a process of urban planning, has often been praised while sometimes criticized for its authoritarianism and preference for local business sectors, but it has been nationally and internationally recognized for its urban innovations and admired quality of urban space and life over the past four decades. The capital of Paraná developed and offered privileged space to a restricted portion of its inhabitants: urban areas with a good infrastructure that has received special attention and government investment, attracting private investments. However, concomitantly with the development of specific areas of well-maintained and organized urban space restricted to the elite, the

growing periphery, inhabited by low-income inhabitants with low educational and professional qualification, is spatially and socially excluded from privileged areas of the city. The aim of this article is to discuss how State investments have favored and consolidated social exclusion.

KEYWORDS: Curitiba. Social exclusion. Public investments. Segregation.

RESUMEN

Considerada la ciudad modelo de un país en desarrollo, después de un proceso de planificación urbana a menudo elogiado y a veces criticado por su autoritarismo y favorecimiento de los sectores empresariales locales, Curitiba en las últimas cuatro décadas ha sido reconocida y divulgada, incluso en el ámbito internacional, por sus innovaciones urbanísticas, y una exaltada calidad urbana y de vida. La capital de Paraná en realidad produjo y ofreció un espacio privilegiado a una parte limitada de sus habitantes: las zonas urbanas dotadas de una buena infraestructura para donde convergieron las atenciones e inversiones del gobierno y para las cuales también acudieron los principales intereses e inversiones privadas. Sin embargo, simultáneamente con la producción de este espacio parcial, limitado a una elite y debidamente bien cuidado y ordenado, también se constituyó una creciente periferia, habitada por la población de bajos ingresos, poca cualificación educativa y profesional, apartada de los espacios privilegiados de la ciudad, por lo tanto, espacial y socialmente excluidas. El presente artículo propone analizar la forma cómo la inversión del Estado actuó en la consolidación y formación de una ciudad marcadamente dual y segregada.

PALABRAS ILAVE: Curitiba. Exclusión social. Inversión pública. Segregación urbana.

INTRODUÇÃO

No final de 2012, o anúncio de uma obra a ser realizada num bairro nobre de Curitiba levantou a polêmica sobre a necessidade de se investir superfluamente e maciçamente em uma região valorizada. Para a renovação da avenida Batel, já bem estruturada, situada no bairro de mesmo nome, por um acaso a região onde se concentra a mais alta renda da cidade, foram investidos cerca de R\$3,5 milhões, financiados pelo Governo Estadual por meio do Fundo de Desenvolvimento Urbano. Além da incoerência em se utilizar verbas destinadas ao desenvolvimento de uma área já desenvolvida da cidade, o paroxismo revela-se nos detalhes, a exemplo da utilização de granito nas calçadas. “A escolha pelo granito foi para valorizar ainda mais a região, como afirma o engenheiro responsável da prefeitura [...]”¹ (Moreira, 2013, *online*), enquanto isso, outras regiões da cidade que precisariam ser desenvolvidas, não contam com ruas pavimentadas e muito menos calçadas para pedestres.

O exemplo acima, apesar de pontual, reflete a maneira pela qual os investimentos são e têm sido direcionados em determinadas regiões de Curitiba, por sinal, as tradicionalmente habitadas pela elite local. Tal fato reflete uma característica comum nas metrópoles brasileiras e latino-americanas, onde uma região de bairros da cidade se segrega das demais e absorve a maior parte dos investimentos e atenções do poder público. “Por serem frutos de formações sociais semelhantes, no mesmo momento histórico e pela ação do mesmo Estado, nossas metrópoles apresentam traços comuns no tocante à organização intraurbana” (Villaça, 2001, p.110).

Assim, é possível apreender que nossas cidades se organizam a partir da simbiose Estado e camadas economicamente privilegiadas, fruto de uma estrutura social patrimonialista, personalista e antidemocrática que se manifesta historicamente na estrutura de poder público do Brasil. Afinal, conforme aponta Ferreira (2005), a tradição urbanística brasileira, num processo histórico que decorre desde as primeiras décadas dos séc. XX, baseia-se na forte presença do Estado na estruturação de um espaço constituído para ratificar a hegemonia das classes dominantes, provocando, muitas vezes, a formatação de cidades nos moldes desejados pelas elites. Consequentemente, temos metrópoles fragmentadas e marcadamente desiguais, como se pretende demonstrar no caso de Curitiba.

OS DONOS DO PODER

Uma vez que as apreensões e interpretações sobre a formação do Estado brasileiro costumam apresentar diversas abordagens, abrangências e muitas vezes apreensões contrastantes², para os objetivos do presente artigo, intenta-se focar a questão de um Estado, que em suas diversas esferas — durante o processo histórico de sua constituição — privilegiou o estabelecimento e a manutenção da dominação de determinados grupos sociais. Estado de características patrimonialistas e amparado por um aparato burocrático e administrativo marcado por relações clientelistas que não raro proporciona a invasão do público pelo privado.

Para Faoro (2001) a constante influência, domínio e articulação do poder estatal no Brasil decorre de um fenômeno de longa duração oriundo de uma ordem patrimonialista e estamental proveniente dos primórdios do reino português. Toda uma estrutura de poder teria cruzado o oceano e sido implantada no Brasil. A ex-colônia portuguesa foi dotada de um completo aparelho de Estado muito antes mesmo de se tornar nação. O estamento burocrático e o patrimonialismo instalados desde o princípio no Brasil teriam garantido a supremacia do aparato estatal, demarcando os “realizados” — detentores do poder —, e os “invisíveis”: camada pobre, ignorada desde o início da colonização em nosso território. O patrimonialismo também produziu a confusão entre público e privado, sendo comum as elites brasileiras comandarem e “dominarem” os negócios públicos como se fossem seus. Na maioria das vezes, o (ab)uso do poder no Brasil não

é função pública, mas objeto de apropriação privada. A delegação do poder, legalmente instituída por uma estrutura administrativa burocrática complexa e pouco objetiva, resultaria na pessoalidade e personificação do mesmo, facilitando a supremacia dos interesses privados sobre os públicos. O forte intervencionismo econômico e o poder — muitas vezes arbitrário — do Estado brasileiro, desde a época colonial até meados do século XX, impediram a formação de uma sociedade civil baseada em relações impessoais. “No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação, com toda a sua atividade social, pertencia a classes ou famílias dirigentes” (Faoro, 2001, p.609). Fato ainda observável nos dias atuais, quando os grupos poderosos economicamente e politicamente detêm de regalias e favorecimentos.

Sem deixar de considerar a heterogeneidade da sociedade civil atual, assim como os avanços democráticos conquistados nas últimas décadas — com os movimentos sociais durante o processo de redemocratização e a Constituinte de 1988, proporcionando um momento político em que a participação e organização popular e o reconhecimento das demandas sociais se tornam mais evidentes —, o Estado brasileiro ainda possui um forte aspecto antidemocrático, onde as possibilidades de ação e o atendimento aos interesses das diferentes classes sociais ocorrem de maneira desigual, onde as leis não costumam ser cumpridas ou são exercidas mediante interesses e influências de determinados setores. Essa característica manifesta-se em suas diversas esferas, e também se expressa na estruturação do espaço urbano, produzindo cidades, onde “donos do poder” promovem, de forma excludente e autoritária, estratégias para beneficiar os interesses próprios e garantir a manutenção da dominação.

No Brasil, desde as primeiras ondas de crescimento das nossas cidades, na virada do século XIX para o XX, todas as grandes intervenções urbanas promovidas pelo Poder Público foram, salvo raras exceções, destinadas a produzir melhorias exclusivamente para os bairros das classes dominantes. ‘[...] [em] nossas cidades, a intervenção estatal foi capaz de produzir recorrentemente a diferenciação espacial desejada pelas elites, e a disputa pela apropriação dos importantes fundos públicos destinados à urbanização caracterizou —, e caracteriza até hoje — a atuação das classes dominantes no ramo imobiliário’ (Ferreira, 2005, p.6).

Para Carlos (2007), o espaço se revela um instrumento político intencionalmente organizado e manipulado pelo Estado, sendo, portanto, “um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar dos objetivos próprios de dominação” (p.76). Logo, a intervenção estatal no espaço urbano brasileiro costuma gerar a produção e/ou aprofundamento das desigualdades, decorrente da aplicação desequilibrada dos investimentos no espaço, valorizando diferenciadamente os lugares da metrópole, influenciando e interferindo no mercado de solo urbano.

O ESTADO E A ESTRUTURAÇÃO DAS CIDADES

Autores como Farret (1985), Gottdiener (1993), Maricato (1996), Rolnik (1998) e Villaça (2001) refletiram, sob diferentes enfoques, a forma pela qual a disputa pelo espaço urbano ocorreu e ocorre de forma desequilibrada em nosso país, onde os detentores do poder econômico — muitos dos quais também detêm o poder político —, possuem vantagens na disputa pelos espaços citadinos mais favoráveis, restando a grande parte da população de nossas metrópoles as piores áreas, as mais distantes, as menos atendidas pelo poder público. Afinal, utilizando-se de uma legislação tendenciosamente aplicada ou não e privilegiando determinadas regiões com investimentos “[...] O Estado atua como produtor e conservador de normas, isto é, modelos homogêneos de cidade e cidadão imposto ao conjunto da sociedade como regra” (Rolnik, 1988, p.67).

Na estruturação do espaço urbano das metrópoles e grandes cidades brasileiras, averigua-se uma disputa pela terra urbana e pelas melhores localizações, muitas vezes baseada na necessidade de maximizar o tempo e a produtividade. Da mesma forma, decorrem os “valores produzidos” no espaço urbano, especialmente a partir de investimentos públicos nas melhorias urbanas e viárias. Entretanto, isso se dá, na maioria das vezes, de maneira desigual e tendenciosamente direcionada, conforme as disputas, dinâmicas e jogos de interesses entre os agentes que produzem o espaço urbano.

Se atentarmos para o papel fundamental desempenhado pelo estado nos processos espaciais urbanos, seja diretamente, através da produção e distribuição de bens e serviços de natureza coletiva, seja indiretamente, através de legislações de uso de solo e código de obras, do mercado de capitais imobiliário etc. fica explícito o seu envolvimento no processo de geração de rendas fundiárias e, portanto, da acumulação de capital. Através de suas políticas urbanas, ‘o estado está apenas exercendo seu papel na cena urbana: manter a segregação que é funcional, e, além disso, garantir os modos pelos quais a ordem se expande’ (Farret, 1985, p.87).

Nos grandes centros urbanos brasileiros, observam-se, frequentemente, realidades distintas e contrastantes: de um lado, áreas onde vivem os “donos do poder”, os quais são melhores atendidos pelo Estado e beneficiados pelos investimentos advindos desse; de outro lado, encontram-se aquelas áreas distantes fisicamente e socialmente das partes privilegiadas, onde a informalidade e o esquecimento predominam, habitada por uma população pauperizada que “consegue localizar-se junto ao local de empregos, mas tem de ficar longe do centro principal da cidade. Sem acesso — inclusive social e econômico —, ao centro principal, [...] [Uma área sem a] riqueza do centro principal nem a presença dos aparelhos do Estado” (Villaça, 2001, p.139).

Para garantirem e manterem seu poder e dominação na disputa espacial urbana, a camada política e economicamente favorecida utiliza a segregação, um processo por

meio do qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar em determinadas regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. A segregação espacial³ é característica comum e presente nas grandes cidades brasileiras, atingindo também algumas cidades médias, onde as classes sociais apresentam suas delimitações e distribuição relativamente demarcadas no espaço urbano. Acrescenta-se que a segregação não se restringe ao espaço físico, mas a diversos atributos, quais sejam econômicos ou sociais, e às características urbanísticas, citando-se a infraestrutura, a concentração de equipamentos públicos, a conservação do espaço etc. Ela não impede, contudo, a existência ou o crescimento de outros grupos sociais na região segregada, mas garante predominância e hegemonia dos grupos privilegiados em determinadas áreas. Assim, garante-se a concentração e a organização de uma camada homogênea e privilegiada socioeconomicamente da população em determinada região da cidade, ou seja, a segregação por parte das elites em parte da metrópole permite maior controle do espaço pelo mercado imobiliário, pelo Estado e pela ideologia (Villaça, 2001).

A segregação espacial atua diretamente no processo de estruturação intraurbana viabilizando o controle da produção do espaço urbano pelos grupos dominantes, ao mesmo tempo em que garante as possibilidades da reprodução da dominação. Dentre os agentes que atuam na produção desta estrutura de poder, o Estado e suas ações destacam-se primordialmente, especialmente pela localização dos investimentos públicos (Sugai, 2002).

A intervenção estatal, ao privilegiar determinadas áreas em detrimento de outras, demarca ainda mais os diferenciais da localização, promovendo o aumento do valor do solo urbano que recebeu investimentos, favorecendo, assim, a ação de um mercado imobiliário formal que restringe o acesso da maior parte dos habitantes às áreas mais valorizadas do espaço urbano. Aos excluídos desse mercado não há muitas outras opções, que não seja a informalidade, ocupando áreas periféricas, quase esquecidas dos investimentos públicos e, portanto, de baixo valor.

“A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros” (Villaça, 2001, p.148), ou seja, na luta pela disputa por localizações no espaço intraurbano, à medida que um determinado grupo se segrega, buscando maior coesão, força e domínio, a região que ficou de fora da área segregada, acaba, de certa forma, tornando-se um espaço também segregado, o lugar dos excluídos, dos marginalizados, dos perdedores no pleito pelas melhores localizações, afinal, a segregação se dá pela luta ou disputa por localizações. O processo de segregação das elites e de aproximação dos bairros segregados é fundamental para a garantia dos investimentos públicos privilegiados, controlando-se, assim, o processo de produção dos espaços e facilitando a manutenção da relação de dominação por meio da estrutura urbana. “A segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (Villaça, 2001, p.150) e tende a ser mais acentuada e visível quanto mais profunda for a desigualdade social na metrópole.

De acordo com Ribeiro (2007) a segregação não é apenas espacial, “além desta concentração de certo segmento da população em território definido, também é instituída sua inferioridade, desclassificação e imobilidade social” (p.34). Além de expressão da desigualdade e marginalização, a segregação também é agente reprodutora das mesmas.

Carlos (2007) compreende que as transformações advindas da reprodução do capital na metrópole atual provocam mudanças constantes e de intensidades diferenciadas no espaço metropolitano, produzindo a hierarquização dos lugares citadinos ao estabelecer uma nova divisão socioespacial do trabalho num contexto em que se estabelece uma aliança entre o Estado e os setores privados da economia, dada a necessidade de planejar o espaço para a realização de novas atividades que motivam a expansão do capital. Essas mudanças e diferenciações do espaço urbano, por sua vez, “atribuem uma nova configuração ao espaço, aprofundando a segregação pela valorização diferenciada do espaço e trazendo consigo a expulsão dos antigos moradores” (Carlos, 2007, p.66).

SEGREGAÇÃO EM CURITIBA E A FORMAÇÃO DA CIDADE DUAL

Uma das principais referências em planejamento urbano brasileiro das últimas décadas, Curitiba, segundo o Censo de 2010, é a cidade mais populosa do Sul do país, destacando-se também na economia da região, onde apresenta o maior Produto Interno Bruto (PIB) e expressiva concentração industrial e de serviços. Quarta cidade mais rica do país, está entre as cinco capitais brasileiras que concentra 25% da riqueza do Brasil. Porém, sua alta concentração de renda e bons índices de desenvolvimento contrastam atualmente com o crescimento de sua pouco integrada e violenta região metropolitana que apresenta altas taxas de crescimento demográfico, grande déficit e informalidade habitacional e abriga cerca de um terço dos pouco mais de 10 milhões de habitantes que vivem no estado do Paraná. Opondo-se, sobremaneira, à imagem com a qual Curitiba se tornou reconhecida, as cidades conturbadas com a sede da metrópole, de forma geral, permanecem alheias às políticas metropolitanas integradoras e recebem a população carente que não consegue se manter na capital⁴.

Vencedora de vários prêmios referentes à gestão e qualidade urbana, a capital paranaense também evidencia contrastes internos: concomitante a partes da cidade com considerável estrutura urbana, bem servida de transporte público, vias rápidas de tráfego e altos índices de desenvolvimento humano, existem muitos bairros, vilas e assentamentos humanos precários que descortinam o adverso da imagem que consagrou a cidade mundialmente, revelando a pobreza ‘velada’ de Curitiba. A disparidade socioeconômica segrega grande parte dos seus pouco mais de 1,7 milhões de habitantes e aparta uma grande área de bairros periféricos hegemonicamente habitados por população de baixa renda e onde concentra a maior parte das ocupações irregulares e a quase totalidade dos conjuntos habitacionais da cidade. A restrita mobilidade urbana e social dessa população menos favorecida que habita uma cidade “ilegal” e distante — tanto fisicamente quanto

economicamente — do que ideologicamente se definiu “a Curitiba”, confirma e acirra o espaço urbano segregado da capital paranaense.

Apesar de ainda conseguir ostentar boa imagem referente à qualidade urbana disponível a uma parcela da população, Curitiba revela-se, nos dias atuais, extremamente segregada e dual. Duas cidades convivem num mesmo território, a cidade legitimada e ideologicamente “vendida” pela mídia como modelo urbano a ser seguido e um grande anel de pobreza, excluído e isolado socialmente da Curitiba “oficializada” nos discursos de seus urbanistas e exaltada por soluções urbanas pretensamente criativas e originais.

Evidentemente, a Curitiba dos parques, dos memoriais e marcos urbanos, das avenidas bem cuidadas e do famoso sistema de transporte é aquela onde a camada de mais alta renda se segregou e demandou as devidas atenções do poder público e os maiores investimentos urbanos. A Curitiba “ilegal”, informal, não prevista e desconsiderada dos Planos Diretores que surgiu no entorno da cidade “idealizada” foi a que restou aos habitantes menos favorecidos economicamente e àqueles que acabaram sendo expulsos pelas “cirurgias urbanas” e valorização do solo, ocorridas a partir da década de 1970. Para a periferia da capital paranaense também afluíram centenas de milhares de migrantes do campo e outros tantos esperançosos e atraídos pela propalada qualidade de vida e desenvolvimento urbano que a cidade divulgava em um intenso *citymarketing*.

Embora espaços urbanos privilegiados existam em Curitiba desde o século XIX, foi a partir de um incipiente zoneamento nas primeiras décadas do século XX — e especialmente após a década de 1960 —, que a segregação socioespacial em Curitiba tornou-se mais significativa. Elemento importante para o processo segregativo de Curitiba foi a intensa atuação do Estado, especialmente na esfera municipal, e também estadual e federal⁵, a partir de meados da década de 1960 na área urbana da cidade. Foi a partir do momento em que se legalizou o Plano Diretor, definindo os eixos estruturais de crescimento e adensamento da cidade, que a formação de espaços privilegiados e homogêneos ocorreram de forma mais evidente. Para Souza (2001) o saber técnico —, do grupo de “tecnocratas” que se apoderou do comando da cidade — articulou-se às estratégias de divisão desigual do espaço e orientou as políticas urbanas. “Essa articulação pode ser constatada ao analisarmos a argumentação técnica mobilizada no PPU para definir a localização dos eixos estruturais, cujo efeito foi atribuir um valor suplementar a espaços já valorizados e formar um estoque para expansão seletiva do centro da cidade” (Souza, 2001, p.107).

Especialmente a partir do planejamento instituído pelo Estado em 1966⁶, a especialização dos investimentos e a distribuição de equipamentos urbanos na cidade passaram a ser implantados segundo um rigoroso tecnicismo, os quais “codificam os fluxos, regulam as exclusões, ou inclusões parciais, dos diferentes habitantes urbanos diante dos múltiplos espaços. Os lugares urbanos adquirem significados renovados pela determinação prévia das suas formas e usos gerada na e pela intervenção técnica” (Souza, 2001, p.109). A partir desse planejamento urbano instituído desde o Plano Preliminar

de Urbanismo (PPU) e que prosseguiu nas décadas seguintes, mediado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), definiu-se meticulosamente os espaços citadinos a serem alvos de planejamento e investimentos. Isso significa que o Estado predefiniu e selecionou um espaço urbano a ser privilegiado e valorizado com as obras e atenções do poder público. Não por um acaso, as áreas privilegiadamente escolhidas para serem desenvolvidas e valorizadas com as ações e investimentos públicos eram as regiões historicamente ocupadas pelas camadas economicamente privilegiadas da cidade. Da mesma forma, procurou-se subtrair da área de interesse do planejamento as regiões consideradas “problemáticas”, habitadas por migrantes recém-estabelecidos. Segundo Souza (2001), para definir e justificar o espaço a ser planejado, foram utilizadas a base de dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e não do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “segundo o PPU as informações do IBGE não seriam confiáveis” (p.107), dessa forma, os analfabetos, não eleitores e recém-imigrados não existiriam, ou seja, os mais pobres estariam excluídos desde a análise inicial.

O próprio texto do PPU reconhece os limites da amostra, mas ameniza o problema, com argumentos interessantes: “[...] o eleitor tende a ser das camadas sociais mais altas, e assim deixando de ser representada a população de camadas mais baixas. Isto em parte é contrabalançado pelo alto índice de alfabetização dos habitantes da Região Sul do país, e que constituem a maior parte dos imigrantes” (Souza, 2001, p.111).

A população não interessante à cidade que se desejava planificar, aquela sem recursos e moradora de regiões insalubres e distantes, “foi representada como insignificante em termos estatísticos e tornou-se invisível para o planejamento” (Souza, 2001, p.111). Compreende-se que tal “recorte” no planejamento tem relação com os investimentos do Estado. Uma vez que se determina uma área da cidade para planejar, investir e valorizar e, sendo essa área justamente a habitada pela população da mais alta renda, isso facilita e potencializa a segregação dos habitantes daquela região — afinal, legitima-se a demanda das atenções e investimentos. Consequentemente, por outro lado, exclui-se todo o restante dos habitantes das benesses urbanas dessa região priorizada pelo poder público. O que contribuiu para acirrar a dualidade entre diferentes áreas da cidade, segmentando o espaço de acordo com a diferenciação social de seus habitantes.

Bairros como o Boqueirão, pela intensidade da sua dispersão, pelo perfil dos seus habitantes, pela ocupação recente e pelas características “naturais” do seu terreno, não aparecem como áreas prioritárias para os investimentos da administração, sendo construídos como o lado de fora. [...] o PPU reafirma a divisão do espaço em duas cidades, ou melhor, entre o que está dentro e fora da fronteira urbana (Souza, 2001, p.113).

Em Curitiba, o modelo de planejamento na área privilegiada pelo Estado associou o sistema viário ao zoneamento e uso do solo restritivos que privilegiava grandes e densas construções em uma área bem servida por transporte público e eixos de transporte com boa estrutura e acesso facilitado e rápido ao centro e às regiões já privilegiadas da cidade, as quais iriam se valorizar ainda mais. Tal modelo impediu assim “as ‘ocupações inorgânicas’ nas proximidades dos eixos que passaram a valorizar os espaços urbanos centrais e longitudinais à rodovia BR-116” (Souza, 2001, p.119), o que foi estratégico para garantir proteção, expansão e valorização dos espaços nobres da metrópole, uma vez que continha a população pobre em locais distantes. “O eixo, opção prioritária para os investimentos públicos e privados, foi instalado sobre os espaços economicamente mais valorizados da cidade, onde habitava a população considerada organicamente integrada ao desenvolvimento urbano” (Souza, 2001, p.120).

A criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 1972 e a ação da Companhia de Habitação (COHAB) nessa década e nas seguintes concentrou a habitação popular de Curitiba em uma região distante do centro, próxima à poluição das indústrias e aos limites de municípios vizinhos, em regiões já habitadas por população de baixa renda que invadira áreas públicas ou privadas, constituindo áreas precárias de habitação informal nas franjas periféricas da “cidade modelo”. A implantação dessa área urbana, que se tornou a mais populosa, violenta e problemática da cidade, segundo o discurso oficial, teria sido fruto de uma ação pública planejada necessária para a implementação do Plano:

A ocupação de áreas periféricas deve-se a uma ação pública planejada. Em 1972, com a finalidade de dotar o município de uma base econômica que lhe garantisse suporte para a implementação do Plano Diretor, foi criada a Cidade Industrial de Curitiba. Para a sua implantação destinou-se uma área de 43 milhões de metros quadrados — cerca de 10 % da área do município (Peyerl, 2003, p.12).

Nesse mesmo contexto, a região central de Curitiba passava por uma notável transformação: reciclagem de imóveis históricos, implantação de equipamentos culturais, mudanças na imagem e função dos principais logradouros, juntamente com ações criativas e carismáticas que ajudavam a destacar o prefeito da cidade, o qual conclamava que “A cidade tem que ser um acontecimento [...] gente é a atração da cidade. O homem é o ator e expectador desse espetáculo diário que é a cidade” (Lerner, 1977, p.6). Em filme sobre Curitiba divulgado na Europa, o prefeito e urbanista Jaime Lerner apropriando-se da sentença de Vinícius de Moraes, “a vida é a arte do encontro”, propõe a necessidade de entender a cidade como o lócus onde se desenvolve a vida das pessoas, o lugar propício para o encontro das mesmas, devendo vincular e jamais separar as funções e atividades principais de seus habitantes (Lerner, 1977, p.4). Porém, ironica-

mente, é nesse momento que a separação social, física e espacial de muitos habitantes de Curitiba se torna mais latente.

Foi, sobretudo na década de 1970, que o processo segregativo em Curitiba passou a se manifestar de maneira mais intensa. O Estado, atuando no planejamento urbano em uma área delimitada da cidade, proporcionou investimentos públicos e privados e a divulgou de forma extensiva, o que contribuiu para uma grande valorização da região em contraste das áreas que não foram foco dos investimentos. Para agravar ainda mais a situação, a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) passou por uma explosão demográfica nos anos 1970, recebendo especialmente migrantes do interior do Paraná, fugidos das misérrimas do campo. A maior parte do contingente do êxodo rural paranaense não conseguiu se instalar na Curitiba que estava sendo formatada e produzida para se tornar a menina dos olhos do “Milagre Econômico” brasileiro⁷, restando-lhes as áreas alagáveis e desprezadas ao planejamento e à expansão das camadas de alta renda, localizadas, em sua maioria, nas bordas do município junto aos limites com outras cidades da RMC. Formou-se um cinturão de pobreza ao redor da cidade modelo, pouco integrado à cidade e adverso às imagens que Curitiba divulgava ao mundo.

Segundo o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (2007), somente em Curitiba, no ano de 1974, havia mais de 4 mil domicílios localizados em 35 ocupações irregulares. No final da década, tais habitações irregulares tiveram um incremento de cerca de 20% e o número de áreas ocupadas pelas mesmas aproximou da meia centena. Nesta época, a RMC apresentou os maiores índices de crescimento populacional no conjunto das congêneres do país. Enquanto a metrópole curitibana crescia 5,78% ao ano, a média de crescimento das Regiões Metropolitanas no Brasil foi de 2,48% ao ano, indicando um processo acelerado de metropolização e periferização da capital paranaense.

A contínua migração para a metrópole paranaense e a impossibilidade de habitar “legalmente” as áreas privilegiadas cidade, proporcionou o aumento significativo dos domicílios irregulares em Curitiba, passando dos 6 067, em 1979, para 11 929, em 1987. No contexto metropolitano, o aumento certamente foi mais expressivo, afinal, de acordo com Moura (2001), a partir da década de 1970 houve um extravasamento da população de Curitiba para os municípios de seu entorno imediato. Dentre os fatores e causas para esse processo, (Moura, 2001, p.212) destaca:

- a) intervenções urbanísticas e o controle associados ao planejamento urbano de Curitiba, que serviram tanto para valorizar o solo quanto para conter os efeitos negativos da ocupação no interior do município; b) a lógica do mercado na aquisição da moradia, tendo como contrapartida a legislação flexível dos municípios vizinhos e a oferta de terras pela iniciativa privada — muitas vezes em áreas de mananciais parceladas antes da Lei Federal 6.766/76 —, colocando-se como opções a um segmento de população trazida pelo êxodo rural, financeiramente

desfavorecido; c) o sistema de transporte coletivo que sustenta a ligação do pólo com o entorno imediato, cortando a cidade em vários eixos estruturais lineares a partir do centro, que percorrem áreas até hoje em grande parte desocupadas. Esses eixos foram contemplados com ampla rede de infraestrutura e serviços e controlados com uma legislação de uso do solo que, voltada a incentivar o seu adensamento habitacional, acabou por valorizar os imóveis vizinhos, inibir a ocupação e criar áreas nobres permeadas por grandes vazios.

A segregação em Curitiba, especialmente a partir da década de 1970, é evidenciada especialmente pela concentração espacial e homogeneidade social interna das áreas. “A expansão em direção aos demais municípios periféricos seguiu o padrão centro-periferia. [...] a cidade dispersa com uma periferia estendida que incorpora os municípios vizinhos, com infra-estrutura precária e marcada pela pobreza” (Polli, 2006, p.56).

Até mesmo nos dias atuais, quando os fluxos migratórios diminuíram, a Região Metropolitana de Curitiba é uma área de contrastes: é o maior gerador de divisas do Estado, onde se concentra a maior parte dos setores produtivos e a região que recebe mais investimentos, porém, contraditoriamente, também é o local da maior concentração de população carente de toda a Região Sul do País. “O aglomerado metropolitano registra valores que representam 75% ou mais do total de carência (ou ocorrências indesejáveis) observada nas várias dimensões sociais” (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2006, p.158).

A CURITIBA ADVERSA: RETRATOS E REFLEXOS DA SEGREGAÇÃO E EXCLUSÃO

Reconhecida internacionalmente como a terceira melhor cidade do mundo para se viver, Curitiba possui o maior índice de áreas verdes por habitante, não aceita a implantação de indústrias poluentes e adotou soluções criativas para melhorar a vida de seus moradores. Seguramente, já é a “Capital Ecológica do País” [...] Os números, em Curitiba, são eloqüentes: [...] Curitiba, o laboratório de uma experiência urbana — e humana — verdadeiramente revolucionária, a ponto de exportar soluções e invenções e de ser apontada como uma espécie de modelo para próxima década [...] de um novo milênio. Jaime Lerner (Prefeitura Municipal de Curitiba, 1992, p.115).

Revelando uma cidade ideal e modelar, justificada pontualmente em imagens e obras espetaculares e ações criativas, o discurso dos planejadores curitibanos tentou camuflar incoerências e paradoxos, destacando quase sempre uma imagem restrita e lapidada da cidade. A mídia, por sua vez, sem maiores críticas ou reflexões ou em conluio com o “poder”, aceitou e divulgou essa imagem idealizada, a qual é identificada por muitos

curitibanos, orgulhosos de viverem em uma cidade supostamente europeia, exemplar, organizada, desenvolvida e com qualidade de vida.

Conseguiu-se estabelecer um consenso interno e externo sobre o diferencial de Curitiba e a eficiência de seu planejamento e administradores, seja a partir do uso da ideologia e discurso ideológico, seja com uma agressiva política de *citymarketing*. Afinal, de fato conseguiu-se estruturar um fragmento da cidade com boa qualidade urbana às camadas privilegiadas da cidade, o qual foi intensamente divulgado e ideologicamente representado como se fosse a cidade em sua totalidade. Sanchez (1997) interpreta que a representação da metrópole ideal, diferenciada, com qualidade de vida, contribuiu para o apagamento ou ocultamento das profundas diferenças sociais e espaciais de uma cidade que conseguiu forte adesão à sua representação de “cidade que deu certo”

A difusão de valores e modos de vida próprios das camadas média contribui para a consolidação da representação da vida urbana construída com base na imagem de uma ordem urbana harmoniosa e sem conflito. A forte veiculação das imagens-síntese da cidade intensifica a idéia do socialmente pleno usufruto dos novos espaços — produtos da modernização — e implicitamente sugere a existência de uma vida de classe média para todos os habitantes (Sanchez, 1997, p.30).

Até mesmo as desigualdades e adversidades de uma cidade notavelmente segregada permaneceram aparentemente naturalizadas durante muitos anos. Borges (2009) reflete que enquanto a população pobre ia sendo apartada e distanciada da cidade legal por meio de investimentos em habitação popular localizados em áreas periféricas com infraestrutura precária, ocorria a concentração de investimentos públicos nas áreas centrais destinadas ao espetáculo urbano. Para o autor, “essa construção social é tão forte no imaginário da população, que nem mesmo no ápice da ascensão dos movimentos sociais na década de 1980 foi possível o questionamento, em sua totalidade, deste modelo de cidade” (Borges, 2009, p.28).

Concorda-se com Klink (2010) que a consolidação da representação da cidade de Curitiba “em termos de um arquipélago isolado de sua hinterlândia” subestimou as “complexidades associadas à negociação e execução de estratégias socioespaciais, econômicas e ambientais em territórios contestados e marcados por intensas disparidades” (p.22), afinal, a

Grande Curitiba não apresenta exceção à regra encontrada nas regiões metropolitanas brasileiras, marcadas pelo caleidoscópio de planos locais desconectados e com baixa capacidade de efetivamente nortear o uso e a ocupação do solo. A consequente falta de controle sobre o mercado imobiliário desencadeou uma trajetória de desenvolvimento marcada pelo espraiamento, excluindo a população mais vulnerável para

as piores localizações na periferia da metrópole, frequentemente nas áreas de risco ou de proteção ambiental (Klink, 2010, p.27).

Uma vez que as representações e imagens idealizadas não se sustentam em uma realidade contraditória, dados e análises estatísticas atuais começam a desvelar outra perspectiva da cidade. Segundo relatório da ONU-Habitat, a capital paranaense é a 6ª grande cidade latino-americana com pior distribuição de renda, estando entre as cinco mais desiguais do país. Desigualdade ratificada com o Censo de 2010 que revelou ser de R\$3.500,00 a diferença da renda média per capita entre o Batel (bairro de maior renda da cidade, contíguo ao centro) e o Caximba (localizado na divisa Sul da cidade, no limite com outras cidades metropolitanas) onde os habitantes recebem em média 1 salário mínimo. Além da renda, o desequilíbrio social, econômico e cultural em Curitiba são bem demarcados. Os índices favoráveis de desenvolvimento humano concentram-se nas proximidades da região central enquanto as taxas de homicídio, o número de assentamentos irregulares, a concentração de população com menor escolaridade e até mesmo a proporção de população parda e preta aumenta à medida que se avança para a periferia e se afasta das regiões privilegiadas.

A existência e oposição dessas duas realidades em uma mesma metrópole têm acarretado sérios problemas para a cidade que se divulgou diferenciada das demais metrópoles brasileiras. Atualmente, Curitiba destaca-se entre as capitais mais violentas do Brasil, estando na 6ª posição. Considerando as dez maiores cidades brasileiras, Curitiba é a 7ª mais populosa, porém, a 2ª em número de homicídios, atrás apenas de Recife (Waiselfisz, 2011). Para Polli (2006), a ascensão da violência urbana em Curitiba está fortemente relacionada com a crescente exclusão e segregação social, sendo uma resposta às dificuldades enfrentada por boa parte da população que vive em assentamentos com precárias condições sociais e dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

Ilegalidade, segregação, pobreza urbana e violência são fatores intrinsecamente relacionados. Grande parte dos espaços segregados habitados por população de baixa renda constitui-se em locais onde a observância da legislação e regras urbanísticas não costuma existir, ocupam terras de posse públicas ou privadas, onde a comunidade, por sua distância física e social da cidade “legal” ignora a autoridade do poder público (o qual também os ignora). A segregação urbana é uma das faces mais eminentes da desigualdade social e parte promotora da mesma (Maricato, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Curitiba, assim como nas demais metrópoles brasileiras, o padrão centro-periferia foi produzido a partir da concentração de privilégios a uma elite e ao não atendimento às demandas sociais. O Estado, especialmente na esfera municipal, mas também a partir dos investimentos e projetos estaduais e federais, atuou priorizando certas regiões,

relegando outras ao esquecimento, contribuindo para a conformação de uma cidade marcadamente desigual. A partir da valorização de espaços requalificados e um zoneamento restritivo, notadamente na área em que já se concentrava a população economicamente privilegiada da cidade, esse processo densificou a periferia da cidade e a “estigmatizou” como o local da pobreza.

Assim como a aplicação dos investimentos e ações dos planos urbanos em determinadas áreas da cidade acabaram privilegiando e valorizando esses espaços, a falta de ação do poder público para a democratização do espaço urbano e o não investimento de recursos e atenções em determinadas regiões da urbe — geralmente as mais carentes e socialmente vulneráveis — transformou-as em bolsões de pobreza e problemas sociais.

A informalidade das construções e a não aplicação da legislação urbana em grande parte da cidade e o afrouxamento da mesma em outras, promoveram a constituição de assentamentos humanos precários apartados da cidade que se divulgava e destacava como exemplo de qualidade de vida e desenvolvimento urbano. A segregação curitibana se consolidou através de distâncias sociais e estigmatizações, especialmente em locais carentes e marginalizados.

A despeito de todo mitificado histórico de planejamento urbano em Curitiba, averigua-se que o mesmo não atuou de forma equilibrada em todo território da cidade, tampouco atendeu as diversas camadas da população, provocando favorecimentos em áreas e para populações já favorecidas, contribuindo para acirrar o processo de exclusão social e segregação urbana.

Não raro, afirma-se que os problemas urbanos — dentre eles, aqueles decorrentes da segregação, como favelização e ocupação irregular do solo urbano — refletem a falta de um planejamento urbano “sério” e contínuo, traduzido em planos diretores e instrumentos urbanísticos. Afirmção deveras equivocada, pois em cidades onde o planejamento de certa forma “saiu do papel”, como em Curitiba, o mesmo acirrou o processo segregatório na metrópole, afinal, o Estado ainda sofre influências e demonstra maior proximidade do atendimento de interesses exclusivistas de uma minoria, conforme apresentado no fato que inicia o artigo: o investimento em obras de valorização num bairro nobre da cidade, quando muitos bairros da cidade, especialmente os habitados por populações de baixa renda, ainda não possuem suas necessidades básicas supridas.

Compreende-se assim, que a trajetória do planejamento urbano curitibano não difere do modo clientelista e parcial que ocorre em outros locais do país, onde o grupo economicamente privilegiado é beneficiado. Afinal, a ação do Estado na produção de espaços valorizados e na legitimação da segregação evidencia a preocupação em satisfazer os interesses de uma elite, da qual, muitas vezes, provêm os recursos e sustentáculos que o mantém.

NOTAS

1. MOREIRA, P. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/242905/calçada-de-granito-no-batel-revolta-populares-engenheiro-diz-que-e-para-valorizar-regiao>>. Acesso em: fevereiro de 2013.

2. Autores como Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Bóris Fausto e Simon Schawrtzman se dedicaram a analisar e explicar aspectos da formação do Estado e sociedade brasileiros, refletindo sobre os mesmos. Para o recorte e enfoque deste artigo, será privilegiada a apreensão da obra “Os donos do poder”, escrita em 1958 por Raymundo Faoro.

3. O processo da segregação espacial e urbana já foi tratado por Castells (1983) e Lojkin (1977). Esse aponta que a maneira mais tradicional da segregação espacial é a oposição centro x periferia, sendo que os mais abastados situam-se próximos ao centro e os desfavorecidos economicamente habitam as franjas das cidades, distantes dos equipamentos e da infraestrutura.

4. Embora o processo segregativo em Curitiba faça parte de um contexto metropolitano e reflita na configuração socioespacial dos municípios vizinhos à sede, este artigo definiu como recorte as condicionantes, contradições e ação do poder na esfera municipal. Apesar da segregação ser evidente e ainda mais marcante no contexto metropolitano, especialmente no tocante às diferenças de renda, qualidade urbana e disponibilidade de infraestrutura, dadas as limitações da extensão do artigo e a insuficiência, inexistência ou não organização de dados disponibilizados pelos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, não será possível estabelecer discussões ou apreensões que propiciem uma melhor análise do contexto urbano metropolitano. Ressalta-se também a preponderância do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) aos demais órgãos, comissões e coordenações, sobretudo a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), bastante fragilizada em sua estrutura e pouco operante, evidenciando sempre o destaque dos dados e pesquisas realizados por um recorte que costuma privilegiar e ratificar a “superioridade” e qualidade de determinados aspectos urbanos curitibanos. “Na busca do melhor desempenho entre as capitais brasileiras, o governo municipal de Curitiba enfatizou, durante muito tempo, a qualidade de seus indicadores locais, sem referência aos contrastantes indicadores dos municípios periféricos — uma forma de adquirir visibilidade apenas a partir de um fragmento do espaço metropolitano. Qualquer análise que revelasse as desigualdades internas ou as crescentes condições de miséria circundante era sutilmente escondida” (Sánchez & Moura, 1999, p.110). Como referências de estudos que englobam a questão metropolitana conferir: Moura, R e Ultramari, C. (Org.). *Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: IPARDES. 1994. Firkowski, O. L. C. F. *A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

5. Enquanto a municipalidade definia planos e leis, os investimentos em infraestrutura e industrialização eram realizados por parte do governo estadual que por sua vez possuía bom relacionamento e influência na esfera federal. O ex-governador e general Ney Aminthas de Barros Braga possuía bom poder de interlocução no governo militar, o que lhe garantiu a chefia de alguns ministérios e a captação de muitos investimentos ao Paraná.

6. Vale ressaltar que o período em questão compreende o início da implantação da ditadura militar no Brasil pós-golpe de 1964, o Paraná era governado pelo general Ney Braga (posteriormente Ministro da Agricultura e senador) que indicava prefeitos para governar a capital. As sucessões de prefeitos de mesmas orientações políticas e as medidas autoritárias e pouco sensíveis às questões sociais marcaram presença no poder municipal curitibano até a década de 1980. Os estudos e implantação do planejamento urbano de Curitiba foi realizada por um Estado de autoridade e ações indiscutíveis, antidemocrático e que não precisou adotar medidas populistas ou revestir-se de um discurso de estar comprometido com a proteção e o bem de todos. Ao contrário, o discurso utilizado para legitimar ações que levariam ao milagre econômico brasileiro seria necessário primeiramente fazer o bolo crescer para depois reparti-lo, ou seja, os mais necessitados haveriam de esperar pela partilha das benesses.

7. Vale destacar que os investimentos no planejamento urbano curitibano foram capitaneados juntamente ao governo federal militar que se instalara no Brasil ao mesmo tempo em que se discutiam os Planos preliminar e diretor da cidade.

REFERÊNCIAS

- BORGES, L.M.M. *Uma reflexão sobre a política urbana recente de Curitiba, entre 2001 e 2008, à luz do Estatuto da Cidade*. 2009. Dissertação (Mestrado) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2007.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FARRET, R. "Paradigmas da estruturação do espaço residencial intra-urbano". In: FARRET, R. (Org.). *O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. Porto Alegre: Projeto Ed., 1985, p.64-88.
- FERREIRA, J.S.W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO, 1., 2005, Bauru. *Anais...* Bauru: Unesp, 2005. p.1-20.
- FIRKOWSKI, O.L.C.F. *A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba*. 2001. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço*. São Paulo: Edusp, 1993.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. *Plano municipal de regularização fundiária em áreas de preservação permanente*, Curitiba: IPPUC, 2007.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Como anda a metrópole: região metropolitana de Curitiba*. Curitiba: Iparde, 2006.
- KLINK, J. Reestruturação, competição e neolocalismo: um olhar crítico sobre produção do espaço na grande Curitiba. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v.31, n.119, p.17-40, 2010.
- LERNER, J. *A cidade: cenário do encontro*. Curitiba: Centro de Documentação Casa da Memória, 1977. (Roteiro do filme produzido em outubro de 1977).
- LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOREIRA, P. Calçada de granito no Batel revolta populares: engenheiro diz que é para valorizar região. *Bem Paraná*, Paraná, 11, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/242905/calçada-de-granito-no-batel-revolta-populares-engenheiro-diz-que-e-para-valorizar-região>>. Acesso em: 4 jan. 2013.
- MOURA, R.; ULTRAMARI, C. (Org.). *Metrópole: grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: Iparde, 1994.
- MOURA, R. Os riscos da cidade-modelo. In: ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PEYERL, L. O planejamento urbano à luz do censo 2000. *Espaço Urbano*, v.3, n.3, p.6-21, 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Curitiba: a revolução ecológica*. Curitiba: Lagarto Editores, 1992.
- POLLI, S.A. *Curitiba, metrópole corporativa: fronteiras da desigualdade*. 2006. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- RIBEIRO, L.C.Q. Desafios na construção da cidadania na metrópole brasileira. *Sociedade e Estado*, v.22, n.3, p.525-544, 2007.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Fapesp, 1998.
- SANCHEZ, F.E.G. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.
- SANCHEZ, F.; MOURA, R. Cidades-modelos: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo? *Cadernos IPPUR*, ano 13, n.2, p. 95-114, 1999.

SOUZA, N. R. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. *Revista de Sociologia e Política*, n.16, p.107-122, 2001.

SUGAI, M.I. *Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis*. 2002. Tese (Doutorado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WAISELFISZ, J.J. *Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangarai, 2011.

Recebido em
6/5/2013,
reapresentado
em 18/10/2013
e aprovado em
6/2/2014.

ANDRÉ DE SOUZA CARVALHO Universidade Federal de Santa Catarina | Centro Tecnológico | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | *Campus* Universitário, Trindade, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil | Correspondência para/*Correspondence to*: A.S. CARVALHO | *E-mail*: <andre_s_carvalho@yahoo.com.br>.

MARIA INÊS SUGAI Universidade Federal de Santa Catarina | Centro Tecnológico | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Florianópolis, SC, Brasil.